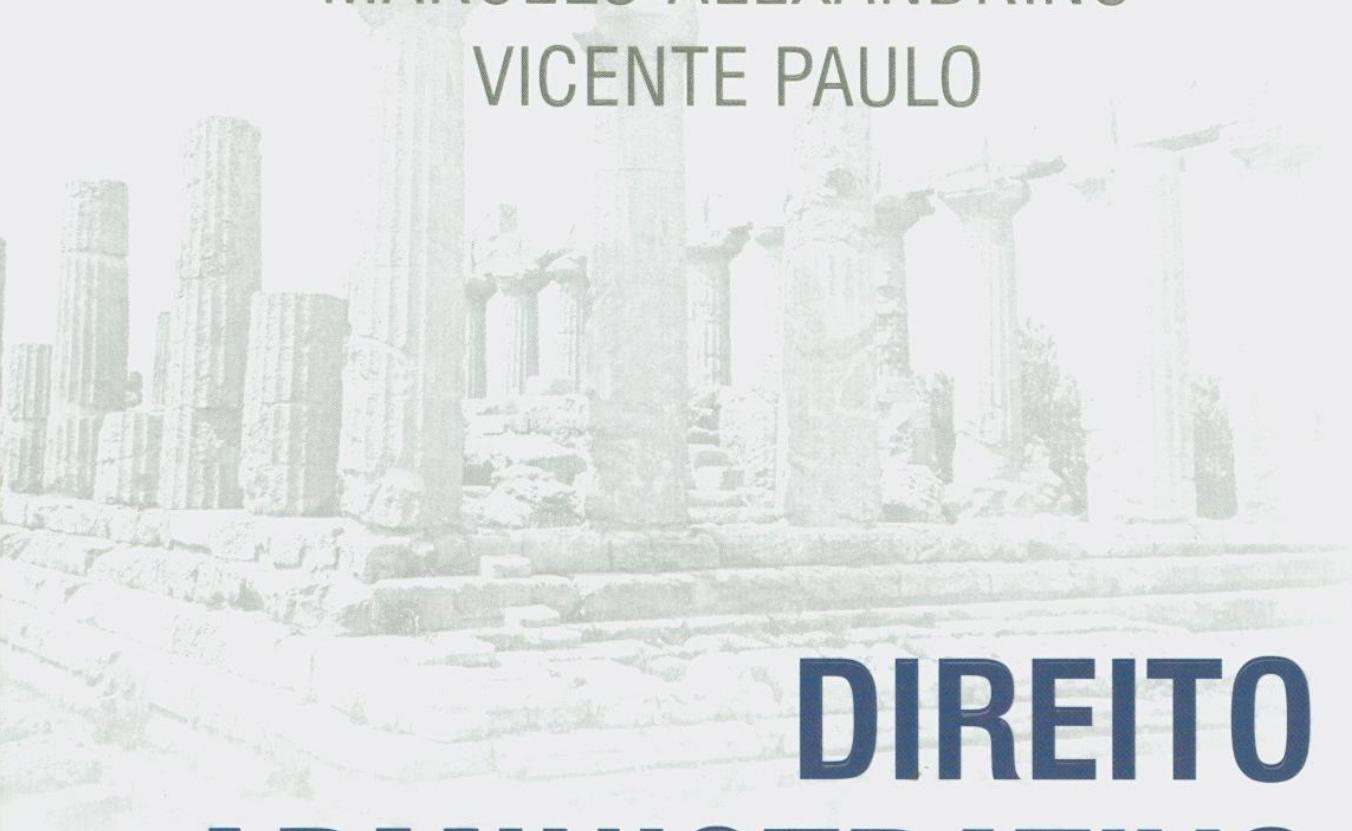




MARCELO ALEXANDRINO
VICENTE PAULO



DIREITO ADMINISTRATIVO DESCOMPLICADO

23^a Edição
Revista, Atualizada e Ampliada



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO ADMINISTRATIVO	1
1. Natureza jurídica e conceito	1
2. Objeto e abrangência	3
3. Codificação e fontes do direito administrativo	5
4. Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês	7
5. Sistema administrativo brasileiro	8
6. Regime jurídico-administrativo	10

CAPÍTULO 2

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13
1. Noções de Estado	13
1.1. Forma de Estado	14
1.2. Poderes do Estado	15
2. Noções de governo	16
2.1. Sistema de governo	17
2.2. Forma de governo	18
3. Administração pública	19
3.1. Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito	19
3.2. Administração pública em sentido formal, subjetivo ou orgânico	20
3.3. Administração pública em sentido material, objetivo ou funcional	21
4. Organização da administração	23
4.1. Entidades políticas e entidades administrativas	23
4.2. Noções de centralização, descentralização e desconcentração	24
4.3. Conceito de administração direta, administração indireta e entidades paraestatais	29

4.4. Princípio da organização legal do serviço público	31
4.5. Criação de entidades da administração indireta	33
4.6. Criação de subsidiárias e participação no capital de empresas privadas	37
4.7. Entidades em espécie	41
4.7.1. Autarquias	41
4.7.1.1. Conceito	41
4.7.1.2. Criação e extinção	44
4.7.1.3. Natureza jurídica	44
4.7.1.4. Patrimônio	45
4.7.1.5. Atividades desenvolvidas	46
4.7.1.6. Atos e contratos	47
4.7.1.7. Orçamento	47
4.7.1.8. Regime de pessoal	48
4.7.1.9. Nomeação e exoneração de dirigentes	49
4.7.1.10. Capacidade exclusivamente administrativa	50
4.7.1.11. Relação com o ente estatal instituidor	50
4.7.1.12. Controle de desempenho	51
4.7.1.13. Autarquias sob regime especial	52
4.7.1.14. Controle judicial	54
4.7.1.15. Juízo competente	54
4.7.1.16. Privilégios processuais	55
4.7.1.17. Prescrição quinquenal	56
4.7.1.18. Imunidade tributária	57
4.7.1.19. Responsabilidade civil	57
4.7.2. Fundações públicas	58
4.7.2.1. Conceito	58
4.7.2.2. Natureza jurídica	59
4.7.2.3. Regime jurídico	64
4.7.3. Empresas públicas e sociedades de economia mista	68
4.7.3.1. Introdução	68
4.7.3.2. Conceito	72
4.7.3.3. Criação	74
4.7.3.4. Objeto	76
4.7.3.5. Regime jurídico	77
4.7.3.5.1. Sujeição ao direito privado e ao direito público	77
4.7.3.5.2. Controle	78

4.7.3.5.3. Estatuto das empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas	80
4.7.3.5.4. Prestação de serviço público mediante outorga legal (“descentralização por serviços”)	82
4.7.3.5.5. Benefícios fiscais	84
4.7.3.5.6. Imunidade tributária	85
4.7.3.5.7. Licitação	87
4.7.3.5.8. Responsabilidade civil	89
4.7.3.5.9. Falência	90
4.7.3.5.10. Pessoal	90
4.7.3.5.11. Dirigentes	93
4.7.3.5.12. Bens	94
4.7.3.6. Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista	97
4.7.3.6.1. A forma jurídica	97
4.7.3.6.2. A composição do capital	98
4.7.3.6.3. O foro processual para entidades federais	99
4.7.4. Consórcios públicos	99
CAPÍTULO 3	
ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS	109
1. Órgãos públicos	109
1.1. Teorias sobre a natureza jurídica da relação entre o Estado e os agentes por meio dos quais atua	109
1.1.1. Teoria do mandato	109
1.1.2. Teoria da representação	110
1.1.3. Teoria do órgão	110
1.2. Conceito de órgão público	112
1.3. Características dos órgãos públicos	113
1.4. Capacidade processual	113
1.5. Classificação	114
1.5.1. Órgãos simples e compostos	114
1.5.2. Órgãos singulares e colegiados	115
1.5.3. Órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos	115

2. Agentes públicos	116
2.1. Classificação dos agentes públicos	118
2.1.1. Agentes políticos	118
2.1.2. Agentes administrativos	119
2.1.3. Agentes honoríficos	120
2.1.4. Agentes delegados	120
2.1.5. Agentes credenciados	121

CAPÍTULO 4

REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR

1. Reforma do Estado e administração gerencial	123
2. Contrato de gestão	127
3. Terceiro setor: as entidades paraestatais	130
3.1. Serviços sociais autônomos	131
3.2. Organizações sociais	133
3.2.1. Conceito	133
3.2.2. O contrato de gestão firmado pelas organizações sociais ..	136
3.2.3. Fiscalização da execução do contrato de gestão	137
3.2.4. Desqualificação da entidade como organização social	138
3.3. Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)	138
3.3.1. Conceituação de entidade sem fins lucrativos para os fins de qualificação como organização da sociedade civil de interesse público	139
3.3.2. Pessoas que não podem ser qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público	139
3.3.3. Áreas de atuação das organizações da sociedade civil de interesse público	140
3.3.4. Requerimento da qualificação	141
3.3.5. Formalização da parceria	141
3.3.6. Controle e prestação de contas	143
3.3.7. Desqualificação da entidade como organização da sociedade civil de interesse público	144
3.3.8. Distinções entre organização social e organização da sociedade civil de interesse público	144
3.4. Instituições comunitárias de educação superior (ICES)	147
3.5. Entidades de apoio	150
3.6. Marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei 13.019/2014)	153

3.6.1. Noções gerais	153
3.6.2. Termo de colaboração e termo de fomento	157
3.6.3. Plano de trabalho	160
3.6.4. Normas referentes à organização da sociedade civil parceira ..	161
3.6.4.1. Atuação em rede	164
3.6.5. Procedimento de manifestação de interesse social	166
3.6.6. Chamamento público	166
3.6.6.1. Dispensa e inexigibilidade do chamamento público	168
3.6.7. Normas relativas à liberação e à aplicação dos recursos transferidos	170
3.6.8. Monitoramento da parceria e prestação de contas	172
3.6.9. Sanções administrativas e responsabilidades	175
4. Agências executivas	176
5. Agências reguladoras	178
5.1. Introdução	178
5.2. Conceito	181
5.3. Forma jurídica	182
5.4. Características	185
5.4.1. Exercício de atividade regulatória	186
5.4.2. Instrumentos de ampliação da autonomia administrativa ..	188
5.4.3. Poder normativo	192
5.5. Controle	196
5.6. Enumeração das agências reguladoras federais	199

CAPÍTULO 5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Introdução	203
2. Princípio da supremacia do interesse público	204
3. Princípio da indisponibilidade do interesse público	206
3.1. Interesses públicos primários e interesses públicos secundários ..	207
4. Princípio da legalidade	209
5. Princípio da moralidade	212
6. Princípio da imparcialidade	214
7. Princípio da publicidade	217
7.1. Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	219
8. Princípio da eficiência	228

9. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade	230
10. Princípio da autotutela	235
11. Princípio da continuidade dos serviços públicos	237
CAPÍTULO 6	
DEVERES E PODERES ADMINISTRATIVOS	239
1. Noções introdutórias	239
2. Deveres administrativos	240
2.1. Poder-dever de agir	240
2.2. Dever de eficiência	240
2.3. Dever de probidade	241
2.4. Dever de prestar contas	242
3. Poderes da administração pública	242
3.1. Poder vinculado	243
3.2. Poder discricionário	244
3.2.1. Limites ao poder discricionário	246
3.3. Poder hierárquico	248
3.4. Poder disciplinar	251
3.5. Poder regulamentar	253
3.5.1. Aspectos gerais	253
3.5.2. Decretos de execução ou regulamentares	254
3.5.3. Decretos autônomos	256
3.5.4. Regulamentos autorizados	258
3.5.5. Controle judicial	262
3.6. Poder de polícia	262
3.6.1. Introdução e competência para o exercício	262
3.6.2. Distinção entre atividade de polícia administrativa e outras atividades estatais	264
3.6.3. Modalidades de exercício	267
3.6.4. Sanções aplicáveis e limites	268
3.6.5. Fases da atividade de polícia (ciclo de polícia)	270
3.6.6. Poder de polícia originário e poder de polícia delegado. Exercício de atividades de polícia administrativa por pessoas jurídicas de direito privado	272
3.6.7. Atributos do poder de polícia	275
3.6.7.1. Discricionariedade	275
3.6.7.2. Autoexecutoriedade	276
3.6.7.3. Coercibilidade	278

3.6.8. Prescrição	279
4. Abuso de poder	281
CAPÍTULO 7	
SERVIDORES PÚBLICOS	285
1. Disposições constitucionais gerais relativas aos agentes públicos	285
1.1. Acesso a funções, cargos e empregos públicos	286
1.1.1. Acessibilidade a brasileiros e a estrangeiros	286
1.1.2. Requisitos para o acesso a cargos e empregos públicos	287
1.1.3. Exigência de concurso público	290
1.1.3.1. Testes psicotécnicos	296
1.1.3.2. Antecedência mínima do edital e modificação das condições nele previstas com o concurso em andamento	297
1.1.3.3. Controle da legalidade dos concursos públicos	298
1.1.3.4. Desrespeito à exigência de concurso público e desvio de função	301
1.1.4. Prazo de validade do concurso	304
1.1.5. Direito à nomeação	305
1.1.6. Prioridade na nomeação e direito do candidato preterido	309
1.1.7. Reserva de percentual de cargos e empregos para candidatos com deficiência	313
1.1.8. Cargos em comissão e funções de confiança	318
1.1.9. Contratação por tempo determinado	325
1.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos	329
1.3. Direito de greve dos servidores públicos	330
1.4. Disposições constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos	333
1.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual	333
1.4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos (teto constitucional)	336
1.4.3. Limite aos vencimentos dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário	341
1.4.4. Vedações à vinculação e à equiparação de remunerações	341
1.4.5. Vedações à incidência cumulativa de acréscimos pecuniários	344
1.4.6. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios	345
1.5. Administração tributária	349
1.6. Vedações à acumulação de cargos, funções e empregos públicos	351

2. Disposições constitucionais concernentes aos servidores em exercício de mandatos eletivos	354
3. Disposições constitucionais específicas relativas aos servidores públicos....	355
3.1. O regime jurídico único e a extinção de sua obrigatoriedade pela EC 19/1998	355
3.2. O regime de emprego público na administração federal direta, autárquica e fundacional	358
3.3. Planos de carreira e sistema remuneratório dos servidores públicos	359
3.4. Extensão aos servidores públicos de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores da iniciativa privada	362
3.5. Remuneração por subsídio	366
3.6. Estabilidade	366
3.6.1. Vedação à dispensa imotivada de empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista	370
4. Regime de previdência dos servidores públicos	373
5. Disposições legais aplicáveis aos servidores públicos federais (estatutários).....	394
5.1. Introdução	394
5.2. Cargos e funções públicas	395
5.3. Provimento	396
5.3.1. Provimento originário e provimento derivado	396
5.3.2. Concurso público	399
5.3.2.1. Reserva de vagas para candidatos negros em concursos públicos (Lei 12.990/2014)	400
5.3.3. Formas de provimento dos cargos públicos	402
5.3.3.1. Nomeação	402
5.3.3.2. Readaptação	404
5.3.3.3. Reintegração	404
5.3.3.4. Aproveitamento	405
5.3.3.5. Promoção	406
5.3.3.6. Reversão	407
5.3.3.7. Recondução	409
5.4. Posse	411
5.5. Exercício	413
5.6. Estágio probatório	415
5.7. Vacância	419
5.8. Remoção	421
5.9. Redistribuição	422
5.10. Substituição	424

5.11. Direitos e vantagens dos servidores públicos federais	425
5.11.1. Vencimento e remuneração	425
5.11.2. Vantagens	429
5.11.2.1. Indenizações	429
5.11.2.2. Retribuições, gratificações e adicionais	432
5.11.3. Férias	437
5.11.4. Licenças	440
5.11.5. Afastamentos e concessões	447
5.12. Regime disciplinar	448
5.12.1. Deveres e proibições	449
5.12.1.1. Deveres	449
5.12.1.2. Proibições	451
5.12.1.3. Conflito de interesses (Lei 12.813/2013)	453
5.12.2. Penalidades	455
5.12.3. Prescrição	461
5.12.4. Responsabilidades	463
5.13. Sindicância e processo administrativo disciplinar (PAD)	466
5.13.1. Introdução	466
5.13.2. Sindicância	467
5.13.3. Processo administrativo disciplinar	468
5.13.3.1. Instauração	468
5.13.3.1.1. Afastamento temporário	469
5.13.3.2. Inquérito administrativo	469
5.13.3.2.1. Instrução	469
5.13.3.2.2. Defesa	471
5.13.3.2.3. Relatório	472
5.13.3.3. Julgamento	472
5.13.4. Rito sumário (acumulação, abandono de cargo, inassiduidade habitual)	476
5.13.5. Revisão do PAD	477
CAPÍTULO 8	
ATOS ADMINISTRATIVOS	479
1. Introdução	479
2. Conceito	480
3. Atos privados praticados pela administração pública	481
4. Fatos administrativos	482

5. Classificações	484
5.1. Atos vinculados e discricionários	484
5.2. Atos gerais e individuais	488
5.3. Atos internos e externos	490
5.4. Ato simples, complexo e composto	491
5.5. Atos de império, de gestão e de expediente	494
5.6. Ato-regra, ato-condição e ato subjetivo	495
5.7. Ato constitutivo, extintivo, modificativo e declaratório	496
5.8. Ato válido, nulo, anulável e inexistente	498
5.9. Ato perfeito, eficaz, pendente e consumado	501
5.9.1. Ato eficaz <i>versus</i> ato exequível	504
6. Requisitos de validade ou elementos dos atos administrativos	506
6.1. Competência	506
6.1.1. Delegação e avocação de competências	507
6.1.2. Excesso de poder, função de fato e usurpação de função	510
6.2. Finalidade	511
6.2.1. Desvio de finalidade	512
6.3. Forma	513
6.3.1. Vício de forma	514
6.4. Motivo	514
6.4.1. Vício de motivo	515
6.5. Objeto	517
6.5.1. Vício de objeto	518
7. Mérito do ato administrativo	519
8. Motivação	522
8.1. Teoria dos motivos determinantes	525
9. Atributos do ato administrativo	527
9.1. Presunção de legitimidade	527
9.2. Imperatividade	529
9.3. Autoexecutoriedade	530
9.4. Tipicidade	534
10. Espécies de atos administrativos	534
10.1. Atos normativos	534
10.2. Atos ordinatórios	536
10.3. Atos negociais	536
10.3.1. Licença	538
10.3.2. Autorização	538
10.3.3. Permissão	540

10.4. Atos enunciativos	542
10.4.1. Certidão e atestado	544
10.4.2. Parecer	544
10.4.3. Apostila	545
10.5. Atos punitivos	546
11. Extinção dos atos administrativos	547
11.1. Anulação	547
11.2. Revogação	551
11.2.1. Atos que não podem ser revogados	552
11.2.2. Atos que podem ser revogados	553
11.3. Cassação	554
11.4. Outras formas de extinção dos atos administrativos	555
12. Convalidação	556
13. Conversão	562

CAPÍTULO 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	565
1. Introdução	565
2. Conceito de contrato administrativo e de contrato da administração	566
3. Objeto e características gerais dos contratos administrativos	568
3.1. Formalismo	569
3.2. Contrato de adesão	570
3.3. Pessoalidade (<i>intuitu personae</i>)	571
4. Prerrogativas de direito público da administração contratante (“cláusulas exorbitantes”)	572
4.1. Poder de alteração unilateral do contrato	574
4.1.1. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	575
4.1.2. Possibilidade de rescisão unilateral do contrato	578
4.1.3. Fiscalização da execução do contrato	578
4.1.4. Aplicação direta de sanções	579
4.1.5. Ocupação temporária	583
4.1.6. Restrições à oposição da exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	584
4.1.7. Exigência de garantia	586
4.1.8. Exigência de medidas de compensação	588
5. Prazo de duração e prorrogação dos contratos administrativos	590
6. Responsabilidade pela execução do contrato e respectivos encargos	593
7. Recebimento do objeto do contrato	596

8. Extinção do contrato	598
8.1. Anulação	598
8.2. Rescisão	600
9. Teoria da imprevisão	604
9.1. Causas que justificam a inexecução do contrato	605
9.1.1. Força maior e caso fortuito	606
9.1.2. Fato do princípio	607
9.1.3. Fato da administração	607
9.1.4. Interferências imprevistas	608
10. Principais contratos administrativos	609
10.1. Contrato de obra pública	609
10.2. Contrato de serviço	613
10.3. Contrato de fornecimento	614
10.4. Contrato de concessão	616
11. Convênios administrativos	618
11.1. Transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse (Decreto 6.170/2007)	622

CAPÍTULO 10

LICITAÇÕES PÚBLICAS	631
1. Introdução	631
2. Conceito, finalidade e objeto das licitações públicas	635
3. Princípios orientadores das licitações públicas	637
3.1. Formalismo	637
3.2. Publicidade dos atos	638
3.3. Igualdade entre os licitantes	638
3.3.1. Favorecimento a produtos e serviços nacionais: critérios de desempate, “margens de preferência”, licitações com participação restrita	642
3.3.2. Preferência na contratação de bens, serviços e obras baseada em critérios e práticas de sustentabilidade	648
3.3.3. Preferência na contratação de microempresas e empresas de pequeno porte	651
3.4. Sigilo na apresentação das propostas	653
3.5. Vinculação ao instrumento convocatório	653
3.6. Julgamento objetivo	654
3.7. Probidade e moralidade administrativa	654
3.8. Adjudicação obrigatória ao vencedor	655
3.9. Competitividade	656

4. Fases do procedimento licitatório	656
4.1. Introdução	656
4.2. Audiência pública	657
4.3. Edital	658
4.3.1. Antecedência mínima do edital	661
4.3.2. Impugnação administrativa do edital	662
4.4. Carta-convite	663
4.5. Comissão de licitação	663
4.6. Habilitação dos licitantes	663
4.6.1. Registros cadastrais	667
4.7. Julgamento das propostas	668
4.8. Homologação e adjudicação ao vencedor	671
5. Licitações diferenciadas para microempresas e empresas de pequeno porte	671
6. Modalidades de licitação	674
6.1. Introdução	674
6.2. Concorrência	675
6.3. Tomada de preços	676
6.4. Convite	677
6.5. Concurso	678
6.6. Leilão	679
6.7. Pregão	680
6.8. Consulta	686
7. Tipos de licitação	689
8. Sistema de registro de preços	692
9. Alienação de bens pela administração pública	699
10. Inexigibilidade e dispensa de licitação	700
10.1. Inexigibilidade de licitação	701
10.2. Dispensa de licitação	704
10.2.1. Licitação dispensável	704
10.2.2. Licitação dispensada	710
10.3. Motivação, ratificação e formalidades exigidas nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação	714
11. Anulação e revogação da licitação	715
12. Recursos administrativos	717
13. Normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de serviços de publicidade (Lei 12.232/2010)	718
14. Regime diferenciado de contratações públicas – RDC (Lei 12.462/2011)	724

15. Normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de produtos e sistemas de defesa (Lei 12.598/2012)	735
CAPÍTULO 11	
SERVIÇOS PÚBLICOS	739
1. Noções introdutórias	739
2. Conceito de serviço público	743
2.1. Serviço público em sentido subjetivo e em sentido objetivo	744
2.2. Conceitos amplos e conceitos restritos de serviço público	744
2.3. Critérios propostos para identificação de uma atividade como serviço público	746
2.3.1. Essencialistas <i>versus</i> legalistas	747
2.3.2. Atividades jurídicas do Estado <i>versus</i> atividades sociais do Estado	749
2.4. Definições propostas pela doutrina pátria. Conceito adotado nesta obra	752
3. Classificações	755
4. Distribuição constitucional das competências para a prestação de serviços públicos	759
5. Formas de prestação dos serviços públicos	763
6. Regulamentação e controle	765
7. Concessão e permissão de serviço público	769
7.1. Definições legais e aspectos gerais	769
7.2. Licitação prévia à celebração dos contratos	775
7.3. Cláusulas essenciais dos contratos	780
7.4. Prazo	783
7.5. Contratação com terceiros, subconcessão, transferência da concessão e transferência de controle societário	788
7.6. Política tarifária	793
7.7. Direitos e obrigações do usuário.....	799
7.8. Obrigações da concessionária (ou permissionária).....	801
7.8.1. Serviço adequado.....	803
7.9. Prerrogativas do poder concedente.....	806
7.9.1. Intervenção na concessão (ou permissão).....	811
7.10. Extinção da concessão (ou permissão).....	813
8. Parcerias público-privadas.....	818
8.1. Noções introdutórias.....	818
8.2. Modalidades de parcerias público-privadas	820

8.3. Cláusulas contratuais, contraprestação da administração pública e garantias	823
8.4. Sociedade de propósito específico	826
8.5. Licitação prévia à contratação de parcerias público-privadas	827
8.6. Regras aplicáveis especificamente à União	831
8.6.1. Órgão gestor de parcerias público-privadas	831
8.6.2. Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas	832
9. Autorização de serviço público	836
CAPÍTULO 12	
RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	845
1. Conceito	845
2. Evolução	846
2.1. Irresponsabilidade do Estado	846
2.2. Responsabilidade com culpa civil comum do Estado	847
2.3. Teoria da culpa administrativa	847
2.4. Teoria do risco administrativo	847
2.5. Teoria do risco integral	848
3. Fundamentos justificadores da responsabilidade objetiva do Estado.....	849
4. Responsabilidade objetiva na modalidade risco administrativo: art. 37, § 6.º, da Constituição de 1988	850
5. A responsabilidade subjetiva da administração	856
6. Força maior e caso fortuito	860
7. Danos de obra pública	867
8. Atos legislativos	868
9. Atos jurisdicionais	869
10. A ação de reparação do dano: particular <i>x</i> administração	872
11. A ação regressiva: administração <i>x</i> agente público	875
12. As responsabilidades administrativa, civil e penal do agente público	879
CAPÍTULO 13	
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	883
1. Introdução	883
2. Conceito	884
3. Classificação das formas de controle	885
3.1. Conforme a origem	885
3.1.1. Controle interno	885

3.1.2. Controle externo	886
3.1.3. Controle popular	887
3.2. Conforme o momento de exercício	888
3.2.1. Controle prévio ou preventivo (<i>a priori</i>)	888
3.2.2. Controle concomitante	889
3.2.3. Controle subsequente ou corretivo	889
3.3. Quanto ao aspecto controlado	889
3.3.1. Controle de legalidade ou legitimidade	889
3.3.2. Controle de mérito	891
3.4. Quanto à amplitude	894
3.4.1. Controle hierárquico	894
3.4.2. Controle finalístico	895
4. Controle exercido pela administração sobre seus próprios atos (controle administrativo)	896
4.1. Introdução	896
4.2. Processos administrativos	902
4.2.1. Noções gerais	902
4.2.2. Recursos administrativos	904
4.2.2.1. Recurso hierárquico e recurso hierárquico impróprio	907
4.2.3. Princípios	909
4.2.3.1. Oficialidade	909
4.2.3.2. Informalismo	911
4.2.3.3. Instrumentalidade das formas	912
4.2.3.4. Verdade material	913
4.2.3.5. Gratuidade	915
4.2.3.6. Contraditório e ampla defesa	915
4.3. Prescrição administrativa	916
5. Controle legislativo	922
5.1. Introdução	922
5.2. Hipóteses constitucionais de controle parlamentar direto	923
5.2.1. Controles exercidos pelo Congresso Nacional	923
5.2.2. Controles específicos exercidos pelo Senado Federal	927
5.2.3. Controle exercido por meio de comissões	927
5.3. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária na Constituição de 1988	929
5.3.1. Atribuições dos tribunais de contas	934
5.3.2. Os tribunais de contas e as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (Súmula Vinculante 3)	943

6. Controle judiciário	950
6.1. Introdução	950
6.2. Controle judicial em espécie	952
6.2.1. Mandado de segurança	952
6.2.1.1. Introdução	952
6.2.1.2. Bem jurídico tutelado	953
6.2.1.3. Objeto	954
6.2.1.4. Restrições	956
6.2.1.5. Sujeitos	958
6.2.1.6. Liminar	961
6.2.1.7. Aspectos processuais, sentença e coisa julgada	963
6.2.1.8. Prazo	967
6.2.1.9. Mandado de segurança coletivo	968
6.2.1.9.1. Introdução	968
6.2.1.9.2. Objeto e sujeitos	968
6.2.1.9.3. Aspectos processuais e coisa julgada	971
6.2.1.9.4. Distinção entre mandado de segurança coletivo e ação popular	972
6.2.2. Ação popular	973
6.2.2.1. Introdução	973
6.2.2.2. Bens jurídicos tutelados	974
6.2.2.3. Objeto	976
6.2.2.4. Sujeitos	977
6.2.2.5. Aspectos processuais, decisão judicial e execução da sentença	979
6.2.3. Ação civil pública	981
6.2.3.1. Introdução	981
6.2.3.2. Bens jurídicos tutelados	982
6.2.3.3. Objeto	985
6.2.3.4. Sujeitos	986
6.2.3.5. Aspectos processuais, decisão judicial e execução da sentença	988
6.2.3.6. Diferenças entre ação civil pública e ação popular	988
7. Improbidade administrativa (Lei 8.429/1992)	990
7.1. Aspectos gerais	990
7.1.1. Base constitucional e regulamentação legal	990
7.1.2. Sujeitos passivos	991
7.1.3. Sujeitos ativos	992
7.1.4. Natureza das sanções combinadas e cumulação de instâncias	993

7.2. Descrição legal dos atos de improbidade administrativa e sanções aplicáveis	994
7.3. Procedimentos administrativos e ações judiciais	997
7.4. Juízo competente	1001
7.5. Prescrição	1003
8. Responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública (Lei 12.846/2013)	1003

CAPÍTULO 14**O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (LEI 9.784/1999)** 1011

1. Introdução	1011
2. Abrangência e aplicação	1012
3. Princípios	1012
4. Direitos e deveres dos administrados	1014
4.1. Direito a regime de tramitação prioritária	1015
5. Início do processo e legitimados a sua instauração	1016
6. Impedimento e suspeição	1017
7. Forma, tempo e lugar dos atos do processo	1018
8. Intimação do interessado	1019
9. Instrução e decisão	1021
10. Desistência e extinção do processo	1024
11. Recurso administrativo	1024
12. Contagem de prazos	1029

CAPÍTULO 15**BENS PÚBLICOS** 1031

1. Conceito	1031
2. Classificação	1033
2.1. Quanto à titularidade	1034
2.2. Quanto à destinação	1034
2.3. Quanto à disponibilidade	1035
3. Características	1036
3.1. Inalienabilidade	1036
3.2. Impenhorabilidade	1037
3.3. Imprescritibilidade	1040
3.4. Não onerabilidade	1040

4. Afetação e desafetação	1041
5. Principais espécies de bens públicos	1042
5.1. Terras devolutas	1042
5.2. Terrenos de marinha	1042
5.3. Terrenos acrescidos	1043
5.4. Terrenos reservados	1043
5.5. Terras ocupadas pelos índios	1043
5.6. Plataforma continental	1043
5.7. Ilhas	1043
5.8. Faixa de fronteiras	1044
5.9. Águas públicas	1044
6. Uso privativo de bens públicos por particulares mediante autorização, permissão e concessão	1045
6.1. Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário (CEDUPI)	1050

CAPÍTULO 16**INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE** 1053

1. Introdução	1053
2. Modalidades de intervenção	1055
2.1. Servidão administrativa	1056
2.1.1. Instituição da servidão	1057
2.1.2. Indenização	1058
2.1.3. Extinção	1058
2.1.4. Principais características	1059
2.2. Requisição	1059
2.2.1. Objeto e indenização	1059
2.2.2. Instituição e extinção	1060
2.2.3. Principais características	1060
2.3. Ocupação temporária	1061
2.3.1. Instituição, extinção e indenização	1061
2.3.2. Características	1061
2.4. Limitações administrativas	1062
2.4.1. Distinções de outros institutos	1063
2.4.2. Instituição e indenização	1063
2.4.3. Características	1064
2.5. Tombamento	1064
2.5.1. Espécies	1065

2.5.2. Instituição	1065
2.5.3. Processo do tombamento	1065
2.5.4. Efeitos do tombamento	1066
2.6. Desapropriação	1067
2.6.1. Pressupostos	1068
2.6.2. Autorização constitucional	1069
2.6.3. Bens desapropriáveis	1070
2.6.4. Competência	1074
2.6.5. Destinação dos bens	1075
2.6.6. Procedimento de desapropriação	1075
2.6.6.1. Fase declaratória	1076
2.6.6.2. Fase executória	1077
2.6.7. Ação de desapropriação	1078
2.6.7.1. Contestação	1079
2.6.7.2. Imisão provisória na posse	1079
2.6.7.3. Sentença e transferência do bem	1080
2.6.7.4. Indenização	1081
2.6.7.5. Desistência da desapropriação	1081
2.6.8. Desapropriação indireta	1082
2.6.9. Desapropriação por zona	1085
2.6.10. Direito de extensão	1087
2.6.11. Tredestinação	1087
2.6.12. Retrocessão	1088
2.6.13. Desapropriação rural	1089
2.6.13.1. Indenização	1090
2.6.13.2. Procedimento	1092
2.6.14. Desapropriação confiscatória	1093
2.7. Formas de intervenção previstas no Estatuto da Cidade	1096
2.7.1. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios	1096
2.7.2. Aplicação do IPTU progressivo no tempo	1097
2.7.3. A desapropriação no Estatuto da Cidade	1098
2.7.4. Direito de preempção	1099
BIBLIOGRAFIA	1101